



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1942723 - DF (2021/0174918-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
RECORRENTE : ILIO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADOS : MARINA OLIVEIRA DE MAYA VIANA - DF051267
JOSE EDMUNDO DE MAYA VIANA - DF010636
RECORRIDO : EMPRESA PRINCIPAL DE PARTICIPACOES E SERVICOS
LTDA
ADVOGADO : HUELDER DA SILVA ALVES - DF048096

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ILIO ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 247), contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Alega a parte recorrente que "o recorrente arguiu, além dos descontos de débitos responsabilidades que já são realizados em sua folha de pagamento, a existência de diversas outras obrigações (dívidas com bancos e outras obrigações) as quais não constavam da folha de pagamento, mas que comprometiam a subsistência do Recorrente que já encontrava-se em situação de grave restrição financeira" (fl. 256).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte recorrente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial

sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente